



A Santa Sé

DISCURSO DO PAPA FRANCISCO AO COMITÉ DE ESPECIALISTAS DO CONSELHO DA EUROPA (MONEYVAL)

Quinta-feira, 8 de outubro de 2020

[Multimídia]

Prezados irmãos e irmãs, dou-vos as boas-vindas por ocasião da vossa visita, como peritos do Conselho da Europa para a avaliação das medidas contra a lavagem de capitais e o financiamento do terrorismo. Agradeço ao Presidente da Autoridade de Informação Financeira as suas amáveis palavras.

O trabalho que desempenhais em relação a este duplo objetivo interessa-me de modo particular. Ele está intimamente relacionado com a proteção da vida, a coexistência pacífica da humanidade na terra e as finanças que não oprimam os mais fracos e os mais necessitados: tudo está interligado. Como escrevi na minha Exortação Apostólica *[Evangelii gaudium](#)*, acho que é necessário repensar a nossa relação com o dinheiro (cf. n. [55](#)). Com efeito, em certos casos, parece que aceitamos a predominância do dinheiro sobre o homem. Às vezes, para acumular riquezas, não se presta atenção à sua origem, às atividades mais ou menos lícitas que as originaram e à lógica de exploração que lhes pode estar subjacente. Assim, acontece que nalguns âmbitos se toque o dinheiro e as mãos se sujem de sangue, com o sangue dos irmãos. Ou, ainda, pode acontecer que sejam destinados recursos financeiros para semear o terror, para afirmar a hegemonia dos mais fortes, dos mais prepotentes, daqueles que sem escrúpulos sacrificam a vida do irmão para afirmar o seu poder. São [Paulo VI](#) propôs que, com o dinheiro gasto em armas e noutras despesas militares, se constituísse um Fundo mundial para ajudar os mais deserdados (cf. Carta enc. *[Populorum progressio](#)*, 51). Retomei esta proposta na Encíclica *[Fratelli tutti](#)* pedindo que, em vez de investir no medo, na ameaça nuclear, química ou biológica, sejam utilizados recursos «para acabar de vez com a fome e para o desenvolvimento dos países mais pobres, a fim de que os seus habitantes não recorram a soluções violentas ou enganadoras, nem precisem de abandonar os seus países à procura de uma vida mais digna» (n. [262](#)). O

Magistério social da Igreja realçou o erro do “dogma” neoliberal (cf. *ibid.*, 168), segundo o qual a ordem económica e a ordem moral são tão diferentes e alheias uma à outra, que a primeira não depende de forma alguma da segunda (cf. *Pio XI*, Carta enc. *Quadragesimo anno*, 190). Relendo esta afirmação à luz dos tempos atuais, nota-se que «a adoração do antigo bezerro de ouro (cf. *Êx* 32, 1-35) encontrou uma nova e cruel versão no fetichismo do dinheiro e na ditadura de uma economia sem rosto e sem um objetivo verdadeiramente humano» (Exort. ap. *Evangelii gaudium*, 55). Com efeito, «a especulação financeira, tendo a ganância de lucro fácil como objetivo fundamental, continua a fazer estragos» (Carta enc. *Fratelli tutti*, 168). As políticas de combate à lavagem de capitais e ao terrorismo constituem um instrumento de vigilância sobre os fluxos financeiros, permitindo a intervenção onde surgirem tais atividades irregulares ou até criminosas. Jesus expulsou os mercadores do templo (cf. *Mt* 21, 12-13; *Jo* 2, 13-17) e ensinou que «não podeis servir a Deus e à riqueza» (*Mt* 6, 24).

Com efeito, quando a economia perde o seu rosto humano, o dinheiro não nos serve, mas somos nós que o servimos. Isto é uma forma de idolatria contra a qual somos chamados a reagir, repondo a ordem racional das coisas que reconduz ao bem comum (cf. S. Tomás de Aquino, *Summa Theologiae*, I-II, q. 90, a.), segundo a qual «o dinheiro deve servir e não governar!» (Exort. ap. *Evangelii gaudium*, 58; cf. Constituição pastoral *Gaudium et spes*, 64; Carta enc. *Laudato si'*, 195). Ao implementar estes princípios, recentemente o Ordenamento do Vaticano tomou também algumas medidas sobre a transparência na gestão do dinheiro e para contrastar a lavagem de capitais e o financiamento do terrorismo. A 1 de junho passado, foi promulgado um *Motu Proprio* para uma gestão mais eficaz dos recursos e para promover a transparência, a vigilância e a concorrência nos processos de adjudicação de contratos públicos. Em 19 de agosto, uma portaria do Presidente do Governatorato submeteu as Organizações de voluntariado e Pessoas Jurídicas do Estado da Cidade do Vaticano à obrigação de comunicar atividades suspeitas à Autoridade de Informação Financeira.

Caros amigos, renovo a minha gratidão pelo serviço que prestais, considero-o assim: um serviço, e agradeço-vos. Com efeito, as instituições sobre as quais vigiais destinam-se a tutelar “finanças limpas”, dentro das quais os “mercadores” são impedidos de especular naquele templo sagrado que é a humanidade, de acordo com o desígnio de amor do Criador. Mais uma vez obrigado, bom trabalho e não vos esqueçais de rezar por mim!